FIOCRUZ | Brasília

ISSN: 2358-1824

Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário
Cuadernos Iberoamericanos de Derecho Sanitario

Editorial

Direito à saúde e conexões do Norte brasileiro: práticas e contextos

Right to health and connections in Northern Brazil: practices and contexts

Derecho a la salud y conexiones del Norte de Brasil: prácticas y contextos

Krishina Day Ribeiro[1]
Universidade Federal do Pará, Belém, PA
https://orcid.org/0000-0003-2180-8503
krishina.ribeiro@gmail.com

Eliana Maria de Souza Franco Teixeira[2]
Universidade Federal do Pará, Belém, PA
https://orcid.org/0000-0002-7979-2404
elianafranco@ufpa.br

Resumo
O editorial apresenta dossiê especial dedicado a pensar o direito à saúde a partir das conexões amazônicas e pan-regionais que atravessam o Norte brasileiro, de modo a combater a sub-representação da produção científica em direito à saúde, produzida pela Região Norte do Brasil. O dossiê confere visibilidade a uma produção acadêmica plural e territorialmente ancorada, que expressa, na complexidade heterogênea da própria região Norte, os distintos enfrentamentos voltados à construção de respostas capazes de fortalecer a efetivação do direito social à saúde, valorizando epistemologias e experiências produzidas a partir do próprio território.
Palavras-chave: Direito à Saúde; Brasil; Região Norte.

Abstract
The editorial presents a special dossier devoted to reflecting on the Right to Health from the perspective of the Amazonian and pan-regional connections that traverse northern Brazil, seeking to address the underrepresentation of scientific research on the Right to Health produced in Brazil's Northern Region. The dossier brings visibility to a plural and territorially grounded body of academic production that, within the heterogeneous complexity of the Northern Region itself, reflects the different challenges involved in constructing responses capable of strengthening the realization of the social right to health, while valuing epistemologies and experiences produced from within the territory itself.
Keywords: Right to Health; Brazil; Northern Region.

Resumen
El editorial presenta un dossier especial dedicado a reflexionar sobre el Derecho a la Salud desde las conexiones amazónicas y panregionales que atraviesan el Norte de Brasil, con el propósito de hacer frente a la subrepresentación de la producción científica en Derecho a la Salud generada en la Región

[1] Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. Professora Adjunta, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
[2] Doutora em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. Professora Adjunta, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

CC BY

OPEN ACCESS

Norte de Brasil. El dossier otorga visibilidad a una producción académica plural y territorialmente arraigada que, en la propia complejidad heterogénea de la Región Norte, expresa los distintos desafíos orientados a la construcción de respuestas capaces de fortalecer la efectividad del derecho social a la salud, valorando las epistemologías y experiencias producidas desde el propio territorio.
Palabras Clave: Derecho a la Salud; Brasil; Región Norte.

A presente edição dos Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário (CIADS) nasce de uma constatação que precisa ser dita: a Região Norte do Brasil permanece à margem da produção científica nacional em direito à saúde. Dados sistematizados por Rodrigues Jr.[1], revelam a extensão dessa assimetria nos programas de pós-graduação em direito: a Região Sudeste concentra 47 programas e a Região Sul, 34, ao passo que o Norte conta com apenas 5 — número inferior inclusive ao do Centro-Oeste, 13, e do Nordeste, 21. O quadro se repete, com contornos ainda mais graves, no campo da saúde coletiva: segundo Oliveira[2], o Brasil somava, até 2022, um total de 97 programas de pós-graduação na área, dos quais 44 estavam concentrados no Sudeste, contra apenas 6 no Norte — o mesmo número, sintomaticamente baixo, registrado no Centro-Oeste. Em perspectiva histórica mais ampla, Sidone, Haddad e Mena-Chalco[3] demonstram que, já entre 2007 e 2009, as regiões Sudeste e Sul respondiam por mais de três quartos de toda a produção científica nacional, enquanto Centro-Oeste e Norte, somadas, não alcançavam 10% do total.

Essa lacuna de produção não é uma observação neutra. Puntel[4], em estudo comparativo sobre o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) nas cinco grandes regiões brasileiras entre 2005 e 2014, constatou divergências expressivas nesse acesso, com as regiões Norte e Nordeste registrando os indicadores mais baixos na maior parte dos aspectos analisados. Há, portanto, correlação preocupante entre a escassez de pesquisa jurídico-sanitária e a precariedade material do acesso à saúde nessa região: onde mais se necessita de reflexão crítica sobre judicialização, políticas públicas, saúde indígena, saúde ribeirinha, saneamento e determinantes sociais do adoecimento, menos se produz e menos se publica.

Essa lacuna do conhecimento ganha outra dimensão quando situada no contexto mais amplo da América Latina enquanto região periférica do sistema-mundo científico. Países periféricos como o Brasil reproduzem, internamente, lógica análoga àquela que os subordina globalmente: assim como a produção científica latino-americana ocupa posição subalterna em relação aos grandes centros do Norte global, a produção do Norte brasileiro ocupa posição subalterna em relação ao eixo Sul-Sudeste do próprio país — disparidade já demonstrada por Sidone, Haddad e Mena-Chalco[3] e reiterada, para a área jurídica, por Rodrigues Jr[1].

Pesquisar direito à saúde nesse contexto, portanto, não é exercício acadêmico autorreferente, é condição para que o Estado brasileiro compreenda e enfrente as particularidades de territórios marcados por vulnerabilidade sanitária, fronteiras internacionais porosas, populações indígenas e ribeirinhas, extensão territorial desproporcional à rede de serviços, e desigualdades que a literatura jurídica produzida nos grandes centros frequentemente não alcança nem nomeia. Fortalecer essa produção é também instrumento de soberania científica: um país periférico que não produz conhecimento sobre suas próprias periferias internas permanece duplamente dependente — de paradigmas importados e de diagnósticos alheios sobre sua própria realidade.

É nesse ponto que a comunicação científica interdisciplinar se revela indispensável, e aqui recorremos à contribuição de Moacyr Scliar, médico sanitarista e escritor brasileiro que dedicou parte de sua obra a reconstituir a história do conceito de saúde. Em ‘Do mágico ao social: a trajetória

da saúde pública', Scliar[5] já demonstrava que a história da saúde pública é também a história dos modos como diferentes sociedades, em diferentes tempos, articularam saberes médicos, religiosos, sociais e políticos para enfrentar o adoecimento coletivo. Anos depois, em artigo de síntese, o autor reafirma essa perspectiva: "os conceitos de saúde e de doença são analisados em sua evolução histórica e em seu relacionamento com o contexto cultural, social, político e econômico"[6]. Trata-se, portanto, de uma concepção interdisciplinar de saúde que rejeita a fragmentação disciplinar em favor de uma leitura integrada do adoecer e do cuidar — concepção que fundamenta a necessidade de periódicos como o CIADS, capaz de articular juristas, sanitaristas, gestores públicos e pesquisadores de campos diversos em torno de um mesmo objeto. Comunicar ciência em matéria de saúde sem essa interdisciplinaridade é reproduzir o mesmo reducionismo que Scliar[6] identificava como historicamente superado: tratar como estritamente técnico-jurídico, ou estritamente clínico, aquilo que é, por natureza, social, cultural e político.

Os três eixos aqui apresentados — a sub-representação científica do Norte brasileiro[1,2,3], a condição periférica do Brasil na produção latino-americana sobre Direito à Saúde e a exigência interdisciplinar herdada do pensamento de Scliar[5,6] — não são tópicos paralelos, mas faces de um mesmo problema. A escassez de pesquisa jurídico-sanitária no Norte do Brasil, produzida de modo autoral por pesquisadores que lá residem e atuam é, em parte, consequência de uma comunicação científica que ainda não rompeu as fronteiras disciplinares e regionais necessárias para captar a complexidade da saúde como fenômeno multidimensional; e essa mesma escassez, por sua vez, aprofunda a posição periférica do Brasil e de sua Região Norte na produção do conhecimento sobre suas próprias populações, tal como evidenciado pelos dados de acesso desigual sistematizados por Puntel[4]. Romper esse ciclo exige investimento editorial, formação de pesquisadores locais e, sobretudo, espaços de publicação que legitimem e visibilizem essa produção.

Foi nesse contexto de resposta direta a esse déficit — não como gesto de compensação retórica, mas como instrumento de justiça epistêmica — que se desenvolveu o presente dossiê, dedicado a pensar o direito à saúde a partir das conexões amazônicas e pan-regionais que atravessam o Norte brasileiro. Ao reunir um conjunto de artigos oriundos de instituições dos estados do Pará, Amazonas e Roraima, o dossiê confere visibilidade a uma produção acadêmica plural e territorialmente ancorada, que expressa, na complexidade heterogênea da região Norte, os distintos enfrentamentos – jurídicos, institucionais, territoriais e sociais – voltados à construção de respostas capazes de fortalecer a efetivação do direito social à saúde, valorizando epistemologias e experiências produzidas a partir do próprio território.

O periódico Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário (CIADS), se apresenta, por meio da presente publicação, como espaço de comunicação científica plural, interdisciplinar e regionalmente situado, dirigido a profissionais e discentes do direito e da saúde que reconhecem, na produção de conhecimento sobre o Norte brasileiro, não uma pauta periférica, mas uma agenda central para a efetivação do direito à saúde na sociedade brasileira.

Referências

1. Rodrigues OL Jr, Sarlet IW, Morais FMBB. A pós-graduação em Direito no Brasil (2018-2026): permanência e evolução. Consultor Jurídico [Internet]. 1 abr. 2026 [citado em 15 set. 2026]. Disponível em: https://conjur.com.br/2026-abr-01/a-pos-graduacao-em-direito-no-brasil-2018-2026-permanencia-e-evolucao/

2. Oliveira KH. Contribuições da região Centro-Oeste à Saúde Coletiva. SciELO em Perspectiva [Internet]. 19 mar. 2024 [citado em 15 set. 2026]. Disponível em: https://pressreleases.scielo.org/blog/2024/03/19/contribuicoes-da-regiao-centro-oeste-a-saude-coletiva/

3. Sidone OJG, Haddad EA, Mena-Chalco JP. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. Transinformação [Internet]. 2016 [citado em 15 set. 2026];28(1):15-32. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/tvBDyptMBFSxRSt3VngySRC/?lang=pt doi:10.1590/2318-08892016002800002

4. Puntel L. Acesso universal à saúde: um comparativo entre as cinco grandes regiões brasileiras [Trabalho de Conclusão de Curso na Internet]. Porto Alegre: Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2019 [citado em 15 set. 2026]. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201826

5. Scliar M. Do mágico ao social: a trajetória da saúde pública. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo; 2002.

6. Scliar M. História do conceito de saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva [Internet]. 2007 [citado em 15 set. 2026];17(1):29-41. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf doi:10.1590/S0103-73312007000100003

Informações editoriais

Histórico

Recebido: 18/09/2026
Aprovado: 18/09/2026

Contribuição dos autores

K.D. Ribeiro e E.M.S.F. Texeira: conceberam e redigiram conjuntamente este editorial, realizaram a revisão crítica do texto e aprovaram a versão final para publicação.

Equipe editorial

Editora-chefe: Sandra Mara Campos Alves
Editoras convidadas (dossiê): Eliana Franco, Krishina Day Ribeiro
Editora assistente: Amanda Nunes Lopes Espiñeira Lemos
Assistentes editoriais: Danilo Silva Santos Rocha, Daphne Sarah Gomes Jacob Mendes, Maria Ester Simões Nogueira
Revisora de texto: Mirna Barcelos

Publisher

Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, Programa de Direito Sanitário, Brasília, DF, Brasil.

Direitos Autorais

As autoras mantêm os direitos autorais sobre suas obras e concedem aos Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário (CIADS) o direito de primeira publicação.

Open Access

Este artigo é publicado em Acesso Aberto (*Open Access*), com acesso imediato, gratuito e permanente ao seu conteúdo, sem cobrança de taxas para leitura, download ou compartilhamento.

Licença de Uso

Copyright © 2026 Krishina Day Ribeiro, Eliana Maria de Souza Franco Teixeira. Este artigo é licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite o uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a autoria original e a fonte de publicação sejam devidamente citadas.

Como citar (Vancouver)

Ribeiro KD, Texeira EMSF. Direito à Saúde e conexões do Norte Brasileiro: práticas e contextos. Cad. Ibero-Am. Direito Sanit. 2026;15:e2026042. doi: 10.17566/ciads.e2026042